



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1017163-06.2016.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Saúde**
 Requerente: **Guilherme Olivieri Lopes**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

GUILHERME OLIVIERI LOPES ingressou com ação condenatória em obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada contra o **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** e **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, visando o fornecimento de medicamentos e insumos. Alegou, em síntese, que foi diagnosticado com Diabetes Tipo I (CID E 11.0) e Polineuropatia (CID G 63), em decorrência, pleiteou os medicamentos: *Insulina Lantus (Glargina), Insulina Humalog (Lispro)* e insumos: *Agulhas para Caneta de Insulina, Fitas Reagentes, Lancetas, Glucerna e Thioctacid HR 600 mg*. Requereu a procedência da ação.

Com a inicial (fls. 01/07), vieram documentos (fls. 08/18)

Concedida a gratuidade judiciária e concedida a tutela de urgência (fl. 60).

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, contestou a ação (fls. 66/76), alegando preliminarmente, falta de interesse de agir. No mérito, aduziu que a FESP observa a política pública insculpida no Programa Nacional de Assistência Farmacêutica para Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. Relatou, que o artigo 196 da CF traz parâmetros de satisfação, pelo Poder Público, do direito à saúde, determinando seu atendimento mediante políticas sociais e econômicas. Requereu a prova pericial e a improcedência da ação.

Citado, o Município de Araraquara, contestou a ação (fls. 45/53), alegando, em síntese, que não restou demonstrada a incapacidade material da autora ou de seus familiares para adquirir os fármacos pleiteados com recursos próprios. Aduziu que, não consta nos autos, qualquer informação demonstrando ser inadequado o tratamento da autora com medicamentos disponibilizados pelo SUS. Requereu a improcedência da ação.

Réplica a fls. 86/88.

Saneador a fl. 89.

Laudo do IMESC juntado às fls. 154/163.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios fornecerem, gratuitamente, tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição médica.

A responsabilidade não pode estar restrita a lista de medicamentos elaborada pelo Ministério da Saúde (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME), pelos Estados e pelos Municípios, para atendimento através do SUS, desde que comprovada a necessidade do paciente a um medicamento não listado.

É cristalino o dever do Estado em prestar atendimento ao doente. Atender à saúde de todos é não negar atendimento adequado a cada um dos cidadãos necessitados.

Bem maior do que a vida humana não há. Prestar atendimento à saúde da autora é proteger-lhe a vida, com indubitável apoio no interesse público da coletividade, superior a qualquer dificuldade de ordem financeira e orçamentária, aliás, solucionável.

A corroborar esse entendimento, o seguinte aresto do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

“SAÚDE PÚBLICA - Fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros para a cura, controle ou atenuação de enfermidades - Admissibilidade - Dever político-constitucional de proteção à saúde que obriga o Estado em regime de responsabilidade entre as pessoas políticas que o compõem - Legitimidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para figurar no polo passivo de demandas que visem à implementação do referido direito - Inteligência dos arts. 196 e 198 da CF (TRF - 2.a Reg.)” RT 841/369.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – MEDICAMENTOS – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - O fornecimento gratuito de medicamentos constitui responsabilidade solidária do Estado e do Município derivada do artigo 196 da Constituição Federal. Possibilidade de seu deferimento, em face da relevância dos interesses protegidos (vida e saúde), em antecipação de tutela, inclusive contra o Poder Público, mesmo na ausência de negativa expressa por parte da administração, em vista da demora de quase um ano na apreciação do requerimento administrativo. Precedentes do STJ e desta Câmara. Decisão reformada. Recurso provido” (TJRS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

– AI 70005011796 – 3ª C.Civ. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 14.11.2002).

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – DIREITO À SAÚDE - EXAME DE RESSONÂNCIA NUCLEAR MAGNÉTICA – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - O fornecimento gratuito de medicamentos e demais serviços de saúde constitui responsabilidade solidária do Estado e do município derivada do artigo 196 da Constituição Federal. Possibilidade de seu deferimento, em face da relevância dos interesses protegidos (vida e saúde), em sede de antecipação de tutela, inclusive contra o Poder Público. Precedentes do STJ e desta Câmara. Decisão mantida. Recurso desprovido” (TJRS – AI 70004964284 - 3º C.Civ. – Rel. Dês. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 24.10.2002).

Nem mesmo a carência de recursos financeiros pode desonerar o Poder Público da sua obrigação de assistência à saúde, senão vejamos:

“MANDADO DE SEGURANÇA - Pretensão ao fornecimento regular de medicação de alto custo, manifesta por portadora de grave patologia, hipossuficiente - Legitimidade passiva ad causam do dirigente da unidade de saúde local, ostentando poderes e meios para atender o comando judicial - Peculiaridades fáticas que permitem obrigar o Estado a fornecer periodicamente, sem que possa valer da escusa de carência de recursos financeiros - Recurso oficial e da Fazenda Pública não providos” (Apelação Cível n. 89.352-5 - Araçatuba - 9ª Câmara de Direito Público - Relator: Paulo Dimas Mascaretti - 15.09.99 - V.U.).

Entendimento contrário implicaria em inadmissível restrição à norma constitucional que assegura o direito à vida e à saúde e impõe ao Poder Público o dever de prestá-lo de forma integral e completa (Constituição Federal, artigos 5º, 6º, 196 e 203; Constituição do Estado de São Paulo, artigos 219 e seguintes; Lei Federal nº 8.080/90; Lei Federal nº 9.313/96; Lei Complementar Estadual nº 791/95; Lei Estadual nº 11.259/02).

Os documentos de fls. 13/17 comprovaram a necessidade dos medicamentos e dos insumos.

Cumprido observar que a ausência de capacidade econômica do autor foi reconhecida pela r. decisão de fls. 60.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, para determinar aos réus que forneçam ao autor, os medicamentos: *Insulina Lantus (Glargina), Insulina Humalog (Lispro)* e insumos: *Agulhas para Caneta de Insulina, Fitas Reagentes, Lancetas, Glucerna e Thioctacid HR 600 mg*, em quantidade compatível com o receituário médico apresentado, podendo ser fornecido medicamento *genérico* com o mesmo princípio ativo, se existente.

A continuidade do fornecimento dos medicamentos/insumos especificados no dispositivo desta sentença ficará condicionada à apresentação, diretamente pela autora à ré, a cada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

seis meses, de relatório médico, atualizado, informativo da evolução da enfermidade e do tratamento, e receituário médico confirmando a necessidade da manutenção do tratamento com o mesmo medicamento, discriminando-o, especificando a quantidade e a previsão do período de sua utilização.

Caso comprovada a cessação da necessidade dos medicamentos/insumos em prazo inferior a seis meses, a ré estará desobrigada ao fornecimento.

CONDENO os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, que fixo, com fundamento no artigo 83, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

P.I.C.

Araraquara, 06 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**